

Da emergência ao rastro: hesitação vacinal como mobilização informal no Facebook brasileiro e seus impactos para a democracia sanitária (2014-2022)

Del surgimiento a la huella: hesitación vacunal como movilización informal en Facebook Brasil y sus impactos para la democracia sanitaria (2014-2022)

From emergence to trace: vaccine hesitancy as informal mobilization on Brazilian Facebook and its impacts on sanitary democracy (2014-2022)

Anna Teixeira*

Universidade Federal do Espírito. Vitória, Brasil
anna.julia.teolli@gmail.com
ORCID: 0009-0003-7199-1366

Lucas Bragança

Universidade Federal do Espírito. Vitória, Brasil
lucasbragancafonseca@gmail.com
ORCID: 0000-0001-9627-5049

Carolinnny Scardua

carolrubimscardua1@gmail.com
Universidade Federal do Espírito. Vitória, Brasil
ORCID 0009-0008-7354-9623

Francis Sodré

Universidade Federal do Espírito. Vitória, Brasil
francis.sodre@ufes.br
ORCID: 0000-0003-4037-9388

Rosane Zanotti

Universidade Federal do Espírito. Vitória, Brasil
rosane.zanotti@ufes.br
ORCID: 0000-0002-7903-5964

Fabio Goveia

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil
fabio.goveia@ufes.br
ORCID: 0000-0003-1380-1600

Fabio Malini

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil
fabio.malini@ufes.br
ORCID: 0000-0002-2405-9109

Citar como: Teixeira, A. *et al.* (2026). Da emergência ao rastro: hesitação vacinal como mobilização informal no Facebook brasileiro e seus impactos para a democracia sanitária (2014-2022). *Desde el Sur*, 18(4), e0085.

* Autora corresponsal: Anna Teixeira, Universidade Federal do Espírito. Vitória, Brasil. Correo: anna.julia.teolli@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a hesitação vacinal contra o HPV no Facebook brasileiro. A vacina, gratuita e cientificamente robusta, enfrentou resistência crescente desde 2014, com cobertura persistentemente abaixo da meta. O objetivo é demonstrar que essa hesitação não é um déficit informacional individual, mas uma forma de mobilização informal mediada por plataformas. Metodologicamente, o estudo combina análise de conteúdo qualitativa e análise descritiva de métricas de engajamento sobre 1.064 publicações coletadas via Meta Content Library API em três marcos: 2014, 2017 e 2022. Os resultados revelam três fases: pânico inicial amplificado pela imprensa (2014); politização atrelada ao ecossistema bolsonarista (2017); e desmobilização na plataforma (2022). Conclui-se que, embora o debate tenha arrefecido no Facebook, os efeitos sobre a baixa cobertura vacinal persistem como rastros duradouros para a democracia sanitária.

PALAVRAS-CHAVE

Vacinação, movimento social, desinformação, polarização política

RESUMEN

Este artículo analiza la hesitación vacunal contra el VPH en el Facebook brasileño. La vacuna, gratuita y científicamente robusta, enfrentó una resistencia creciente desde 2014, con una cobertura persistentemente por debajo de la meta. El objetivo es demostrar que esta hesitación no es un déficit informativo individual, sino una forma de movilización informal mediada por plataformas. Metodológicamente, el estudio combina análisis de contenido cualitativo y análisis descriptivo de métricas de participación sobre 1064 publicaciones recolectadas mediante la Meta Content Library API en tres momentos: 2014, 2017 y 2022. Los resultados revelan tres fases: pánico inicial amplificado por la prensa (2014), politización vinculada al ecosistema bolsonarista (2017) y desmovilización en la plataforma (2022). Se concluye que, aunque el debate se atenuó en Facebook, los efectos sobre la baja cobertura vacunal persisten como huellas duraderas para la democracia sanitaria.

PALABRAS CLAVE

Vacunación, movimiento social, desinformación, polarización política

ABSTRACT

This article analyzes HPV vaccine hesitancy on Brazilian Facebook. The vaccine, free and scientifically robust, faced growing resistance from 2014 onward, with coverage persistently below target. The objective is to demonstrate that this hesitancy is not an individual information deficit but a form of platform-mediated informal mobilization. Methodologically, the study combines qualitative content analysis and descriptive analysis of engagement metrics across 1,064 publications collected via the Meta Content Library API at three milestones: 2014, 2017, and 2022. Results reveal three phases: initial panic amplified by the mainstream press (2014); politicization linked to the Bolsonaro ecosystem (2017); and demobilization on the platform (2022). It concludes that, although the debate has subsided on Facebook, its effects on low vaccination coverage persist as lasting traces for sanitary democracy.

KEYWORDS

Vaccination, social movement, disinformation, political polarization

Introdução

A vacinação contra o papilomavírus humano (HPV) foi incorporada ao calendário do Programa Nacional de Imunizações no Brasil em 2014 como uma das mais ambiciosas políticas recentes de saúde pública: quatro milhões de doses, distribuição gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e meta de alcançar 80% das meninas entre 11 e 13 anos no primeiro ano. O resultado inicial foi expressivo, com mais de 3,4 milhões de meninas imunizadas nos primeiros meses. No entanto, a trajetória subsequente contrariou as expectativas. As coberturas vacinais permaneceram consistentemente abaixo da meta, com queda acentuada na adesão à segunda dose e forte heterogeneidade territorial já documentadas nos anos seguintes (Moura *et al.*, 2021), tornando-se uma das mais baixas do calendário nacional para doenças imunopreveníveis.

Esse cenário configura um descompasso relevante entre oferta e adesão. Trata-se de uma vacina gratuita, amplamente disponível e respaldada por evidências científicas robustas, mas cuja cobertura declina ao

longo do tempo. Esse fenômeno não se explica apenas por barreiras de acesso ou por limitações logísticas, apontando para dimensões sociais, culturais e políticas que atravessam a relação entre população e políticas de imunização. Compreendê-lo exige, portanto, deslocar o olhar do déficit informacional para os processos de mobilização informal que se constituíram nas plataformas digitais ao longo de quase uma década.

Por que uma vacina gratuita, cientificamente robusta e amplamente disponível encontrou resistência crescente numa sociedade com longa tradição de altas coberturas vacinais? Partimos da hipótese de que a hesitação vacinal contra o HPV não pode ser compreendida como um fenômeno de desinformação individual, redutível a déficit informacional. Ao contrário, ela deve ser entendida como uma forma emergente de mobilização informal mediada por plataformas digitais, sustentada por uma infraestrutura de desordem informacional, por narrativas de pânico moral em torno do corpo infantil e por um ecossistema político marcado pela crescente polarização.

Trata-se, portanto, de um caso exemplar do que Diani (1992) nomeia como organizações informais: redes de interações sem estrutura institucional reconhecível que constituem a morfologia característica dos movimentos sociais contemporâneos e que produzem efeitos políticos concretos sobre a confiança nas instituições democráticas e sobre a capacidade do Estado de implementar políticas públicas de saúde. Nessa perspectiva, a recusa vacinal não constitui apenas uma decisão individual, mas uma prática social situada, articulada em redes de interação cujos impactos sobre a democracia sanitária persistem mesmo após a aparente dissolução da mobilização nas plataformas onde emergiu.

É precisamente essa requalificação que torna a hesitação vacinal um objeto pertinente para o debate sobre as transformações contemporâneas das mobilizações sociais. O fenômeno aqui analisado cruza, de forma simultânea, os eixos que estruturam essa discussão: a informalidade organizacional, uma vez que se trata de redes sem estrutura institucional, liderança ou manifesto; o ciberativismo, dado que sua morfologia é indissociável das plataformas digitais que lhe servem de infraestrutura; a articulação com o campo conservador, na medida em que a recusa vacinal se funde, ao longo do período, a um ecossistema político em radicalização; e os efeitos sobre a democracia, pois a erosão da confiança nas instituições sanitárias atinge o próprio pacto que sustenta a capacidade do Estado de implementar políticas públicas. Analisar a hesitação vacinal por essa chave não é deslocá-la da saúde pública para a ciência política, mas reconhecer que ela se tornou um caso exemplar das formas difusas e mediadas por plataformas que a ação coletiva assume no presente.

A centralidade do Facebook nesse processo não é contingente. Entre 2014 e 2022, a plataforma constituía a principal infraestrutura de circulação de informação em saúde no Brasil, combinando alto alcance, forte capacidade de compartilhamento e, nos primeiros anos, baixa moderação de conteúdo. Essa configuração favoreceu tanto a disseminação de campanhas institucionais quanto a amplificação de narrativas de desinformação e controvérsia, tornando o Facebook um espaço privilegiado para observar a emergência, a sofisticação e a eventual desmobilização de mobilizações informais em torno da vacinação.

A partir dessa compreensão, o artigo analisa a hesitação vacinal contra o HPV no Facebook brasileiro em três momentos distintos. O primeiro é 2014, ano de lançamento da campanha nacional, quando a imprensa mainstream ainda estruturava a circulação de narrativas e, ao cobrir casos individuais de supostos efeitos adversos, inaugurou o enquadramento do risco corporal que estruturaria a hesitação nos anos seguintes. O segundo é 2017, período posterior ao impeachment presidencial, marcado pela fragmentação do ecossistema informacional, pela emergência de atores alternativos com peso estrutural comparável ao da grande imprensa e pela crescente politização das narrativas de hesitação, que se fundem ao ecossistema bolsonarista em formação.

O terceiro é setembro-outubro de 2022, meses de maior volume de publicações sobre HPV naquele ano, coincidindo com a campanha de multivacinação do governo de transição e com o contexto de retomada institucional do Programa Nacional de Imunizações, momento em que os atores de hesitação organizada desaparecem do Facebook, mas a cobertura vacinal segue abaixo da meta, revelando que mobilizações informais deixam rastros duradouros nas instituições democráticas mesmo após sua aparente dissolução.

O corpus empírico é composto por 1.064 publicações coletadas via Meta Content Library API, provenientes de páginas e perfis públicos brasileiros, analisadas por meio de uma estratégia metodológica mista que combina análise de conteúdo qualitativa, análise descritiva de métricas de engajamento e a caracterização dos atores e enquadramentos que estruturaram o debate em cada período. Essa abordagem permite apreender simultaneamente a dimensão discursiva e a estrutura de visibilidade das narrativas, condição necessária para compreender mobilizações informais mediadas por plataformas digitais.

Ao articular esses três momentos, o artigo busca demonstrar que a hesitação vacinal contra o HPV, tal como observada no Facebook brasileiro em 2014, 2017 e 2022, não é um fenômeno episódico ou residual, mas parte de um processo mais amplo de reorganização das formas de ação

coletiva e de disputa por legitimidade no espaço público digital, com consequências diretas para a democracia sanitária e para a capacidade do Estado de implementar políticas públicas de saúde.

Metodologia

A escolha metodológica deste estudo parte de um pressuposto: mobilizações informais mediadas por plataformas digitais não cabem em um único instrumento de análise. Não basta saber o que foi dito, é preciso saber quem disse, para quantas pessoas chegou e com que intensidade circulou. Por isso, adotamos uma estratégia mista, combinando análise de conteúdo qualitativa com análise descritiva quantitativa de métricas de engajamento e com a caracterização dos atores que concentraram visibilidade em cada período, buscando reconstituir tanto a morfologia discursiva quanto a estrutura de visibilidade do debate público sobre a vacina HPV em cada período. Esse desenho diacrônico e comparativo é especialmente útil para capturar reconfigurações narrativas que não se revelam quando se olha para apenas um momento no tempo.

As categorias de enquadramento narrativo e de classificação de atores não foram definidas a priori, mas emergiram indutivamente da leitura fluente do corpus, seguindo a abordagem de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). As categorias foram refinadas em rodadas sucessivas de releitura, até atingir estabilidade interpretativa, e os casos ambíguos foram resolvidos com base nos critérios de exaustividade e exclusividade que orientam a construção das categorias. A codificação foi conduzida por uma única pesquisadora, o que se reconhece como uma limitação do estudo, retomada nas considerações finais.

O corpus é composto por 1.064 publicações coletadas por meio da Meta Content Library API, ferramenta de acesso a dados públicos do Facebook disponibilizada pela Meta para fins de pesquisa acadêmica, no âmbito de um projeto institucional sobre desinformação em redes sociais digitais no Brasil DNA (Painel Informacional On-line de Detecção de Narrativas Antivacina). Os dados estão organizados em três recortes temporais: 80 publicações de 2014, 109 de 2017 e 875 de setembro-outubro de 2022. Todas as publicações estão em português e são provenientes de páginas e perfis públicos brasileiros, recuperadas por correspondência textual com os termos «HPV», «vacina HPV», «vacinação HPV» e «papilomavírus humano». A busca não aplicou filtros de posicionamento editorial ou institucional, de modo a capturar conteúdos favoráveis, contrários e ambíguos em relação à vacina. Os corpora não resultam de um procedimento único de amostragem: para 2014 e 2017, partiu-se do retorno bruto da API e selecionaram-se as publicações de maior engajamento, com leitura manual

de exclusão das publicações sem relação substantiva com o debate; já o corpus de setembro-outubro de 2022 corresponde ao retorno integral da API para o período, sem triagem adicional além do filtro temporal.

A escolha do Facebook não foi aleatória. Entre 2014 e 2017, a plataforma era a principal infraestrutura de circulação de informação em saúde no Brasil, utilizada por 83% dos internautas do país (Brasil, 2015; Corrêa e Garcês da Silva, 2017). Em 2022, embora já superada pelo Instagram em número de usuários, com 119,5 milhões contra 116 milhões (Kemp, 2022), sua análise continua relevante por documentar o que resta do debate público sobre a vacina quando a mobilização informal migra para outros ambientes digitais.

Os três recortes foram definidos com base em critérios políticos e comunicacionais precisos. O ano de 2014 corresponde ao lançamento da campanha nacional, com pico em março (n=41). O de 2017 situa-se no período pós-impeachment, marcado pela polarização política e pela radicalização do ecossistema informacional, com pico em agosto (n=40), mês de extensão da campanha para meninos. O recorte de setembro-outubro de 2022 (n=875) concentra o maior pico de publicações do ano e corresponde ao período mais denso do calendário eleitoral, com as eleições presidenciais em curso e o PNI como objeto de disputa entre os candidatos, critério análogo ao adotado nos períodos anteriores. A Tabela 1 sintetiza as principais características dos três corpus:

É necessário explicitar uma assimetria estrutural entre os três corpus, somada a uma assimetria de procedimento, já descrita: como os corpora de 2014 e 2017 reúnem apenas as publicações de maior engajamento, ao passo que o de 2022 é integral, as médias de engajamento de 2022 incorporam toda a cauda de publicações de baixo alcance, o que amplifica o contraste entre os períodos e reforça a necessidade de ler essas métricas como indícios internos a cada recorte, não como grandezas comparáveis entre os três momentos. Os volumes são desiguais — 80 publicações em 2014, 109 em 2017 e 875 em 2022 — e as janelas temporais não são equivalentes: enquanto 2014 e 2017 cobrem anos inteiros, o recorte de 2022 concentra-se em dois meses de pico. A isso soma-se uma assimetria de procedimento: enquanto os corpora de 2014 e 2017 reúnem as publicações de maior engajamento selecionadas do retorno bruto da API, o de 2022 corresponde ao retorno integral do período. Disso decorre que as médias de engajamento de 2022 incorporam toda a cauda de publicações de baixo alcance, o que amplifica artificialmente o contraste com os períodos anteriores.

Essa assimetria não é um defeito amostral a ser corrigido, mas uma característica do próprio fenômeno: reflete a transformação da posição do Facebook no ecossistema informacional brasileiro ao longo do período. Em consequência, as métricas de engajamento não são tratadas aqui como grandezas diretamente comparáveis entre os três momentos, e sim como indícios de tendência interna a cada recorte. As comparações que o artigo estabelece são de natureza qualitativa e morfológica, mudanças nos tipos de ator, nos enquadramentos e na estrutura do debate, não inferências estatísticas sobre magnitudes de engajamento entre bases tão distintas.

TABELA 1. Características dos corpus analisados

Categoria	2014	2017	2022
Total de posts	80	109	875
Período	Jan-Dez 2014	Jan-Nov 2017	Set-Out 2022
Mês de pico	Março (n=41)	Agosto (n=40)	Setembro (n=474)
Páginas públicas	78 (97,5%)	106 (97,2%)	858 (98,1%)
Formato predominante	Fotos (n=72)	Fotos (n=45)	Fotos (n=579)
Likes médios	2.458	1.995	15
Shares médios	2.313	1.084	4
Comentários médios	248	312	2
Ator dominante	Portais de notícias	Portais sobre vacinação	Prefeituras municipais

Nota. Elaboração a partir de dados da Meta Content Library API.

Vale registrar que o colapso do engajamento médio entre 2014 e 2022 e a predominância de prefeituras e secretarias municipais no corpus de 2022, em contraste com os perfis de imprensa e atores políticos nacionais dos corpus anteriores, são em si dados analíticos relevantes que serão retomados na análise.

As métricas de engajamento, curtidas, compartilhamentos, comentários e reações totais, não são tratadas aqui como indicadores de opinião pública. São usadas como proxies de visibilidade e circulação, ou seja, evidências de quais conteúdos e atores concentraram atenção pública em cada momento. Essa distinção importa: um post com 35 mil curtidas não representa necessariamente 35 mil pessoas de acordo com seu conteúdo, mas representa 35 mil atos de amplificação. É essa amplificação, e não a adesão qualitativa, que as métricas de engajamento permitem observar.

As categorias resultantes organizaram as publicações segundo os enquadramentos narrativos mobilizados, risco corporal individual, complô

institucional, resistência moral-religiosa e expertise dissidente, entre outros, e permitiram identificar tanto as narrativas hegemônicas em cada período quanto os deslocamentos discursivos ao longo dos três momentos analisados. As categorias organizaram as publicações segundo os enquadramentos narrativos mobilizados, risco individual, complô institucional, religiosidade e moralidade sexual, entre outros, e permitiram identificar tanto as narrativas hegemônicas em cada período quanto os deslocamentos discursivos ao longo dos três momentos de consenso, que interessam à análise de mobilizações informais.

Por fim, os dados analisados são integralmente públicos, coletados por ferramenta oficial da Meta para fins de pesquisa, sem identificação de usuários individuais nem acesso a conteúdo privado. As páginas e perfis são referenciados pelos nomes com que operam publicamente. Embora este estudo não tenha sido submetido à avaliação de um Comitê de Ética institucional, por não envolver participantes humanos, entrevistas, dados sensíveis ou informação privada, mas exclusivamente conteúdo público de páginas e perfis abertos, foram observados rigorosamente os princípios éticos fundamentais da pesquisa em ambientes digitais. O estudo segue as diretrizes éticas da *Association of Internet Researchers* (AoIR) para pesquisa com dados de plataformas digitais, que orientam a análise de conteúdo público como prática eticamente admissível quando observados os critérios de proporcionalidade, finalidade científica e respeito à contextualidade dos dados.

Referencial teórico

Compreender a hesitação vacinal contra o HPV como um problema de saúde pública exige recusar a explicação mais imediata: a de que as pessoas recusam vacinas por falta de informação. Esse diagnóstico despolitiza o fenômeno, tratando como ignorância individual aquilo que tem raízes estruturais e dinâmicas coletivas. É precisamente aqui que a teoria dos movimentos sociais oferece uma entrada analítica mais produtiva: ela permite nomear o que está acontecendo quando grupos de pessoas, sem organização formal e sem liderança identificável, constroem narrativas compartilhadas de resistência a uma política pública e as fazem circular em larga escala.

Para Diani (1992), movimentos sociais são redes de interações informais entre indivíduos, grupos e organizações engajados em conflitos políticos ou culturais com base em identidades coletivas compartilhadas. Essa definição não exige partido, organização nem manifesto, exige apenas rede, conflito e identidade. É nessa zona fronteira que a hesitação vacinal organizada se situa, partilhando com os movimentos sociais a identidade

coletiva do «pai protetor» contra o «Estado invasor», a rede de circulação informal e o conflito com uma autoridade institucional reconhecida.

Diani e Bison (2010) refinam essa leitura ao distinguir coalizões, que se formam instrumentalmente sem construir identidade duradoura, de processos de movimento social, que produzem identidades que transcendem campanhas específicas. O corpus de 2014 documenta uma coalizão conflituosa, com redes densas e conflito identificado, mas identidade ainda em formação. O de 2017 registra a transição para um processo de movimento, com identidade consolidada e atores que se reconhecem mutuamente como parte de um mesmo campo de resistência.

A teoria dos novos movimentos sociais, desenvolvida por Melucci (1989, 1996), aprofunda essa leitura ao deslocar o foco das condições estruturais de mobilização para os processos simbólicos e identitários que sustentam a ação coletiva. Para Melucci, os movimentos contemporâneos disputam menos recursos materiais do que códigos culturais, a definição do que é legítimo, do que é verdadeiro, de quem tem autoridade para falar sobre o corpo e a vida. A hesitação vacinal constitui um conflito de código: ela não apenas rejeita uma recomendação médica, mas contesta a legitimidade do saber biomédico estatal como árbitro único das decisões sobre o corpo infantil, articulando identidades e produzindo o que Melucci (1996) denomina identidade coletiva. Melucci (1996) também oferece a distinção entre fase visível e fase de latência, fundamental para compreender 2022: a mobilização não desaparece, ela se retrai para redes menos visíveis, reelabora suas referências identitárias e migra para outros espaços e formatos.

Tarrow (2011), em diálogo com McAdam e Tilly (2001), situa esse processo no interior de disputas políticas concretas, mostrando que atores coletivos constroem quadros de ação que amplificam percepções de injustiça, mobilizam afetos e substituem crenças dominantes por sistemas alternativos de interpretação, processo que pode operar de forma difusa, sem liderança centralizada, distribuído em redes informais. No caso do HPV, esse enquadramento converte a vacinação em uma agressão à soberania parental, tornando a recusa um ato de resistência legítima (Balieiro, 2018; Goldenberg, 2021).

A chegada das plataformas digitais reconfigura a morfologia dessas mobilizações sem alterar sua lógica fundamental. Bennett e Segerberg (2012) propõem o conceito de ação conectiva para descrever formas de contenda política que emergem em redes digitais com vínculos organizacionais frouxos, sem necessidade de identidade coletiva fortemente enquadrada nem de recursos organizacionais centralizados. O Facebook

operou entre 2014 e 2022 como infraestrutura de ação conectiva para a hesitação vacinal, permitindo que narrativas de medo circulassem e se sedimentassem em redes informais sem que houvesse um movimento antivacina organizado no sentido estrito. O colapso do engajamento em 2022 evidencia que essa infraestrutura se deslocou para outras plataformas, deixando rastros, mas não a mobilização em si.

Wardle e Derakhshan (2017, 2023) mostram que o ecossistema informacional em torno da vacina HPV não foi produzido por um único agente mal-intencionado, mas por uma cadeia heterogênea de atores que amplificaram e ressignificaram conteúdos ao longo do tempo. A desordem informacional não é o ruído de fundo da mobilização: é sua infraestrutura discursiva. O mecanismo que converte essa desordem em mobilização política é o pânico moral (Cohen, 1972): o corpo infantil é deslocado de sua realidade biológica para condensar ansiedades sobre sexualidade, soberania parental e autoridade estatal (Balieiro, 2018; César e Duarte, 2017), forçando qualquer defensor da imunização a argumentar aparentemente contra o bem-estar das crianças. Wodak (2015) e Van Dijk (2024) mostram como essa retórica maniqueísta é estratégia central da direita radical contemporânea, explicando por que a hesitação não se desfaz com mais informação científica: ela não é um equívoco cognitivo, mas uma posição identitária emocionalmente investida.

A literatura sobre hesitação vacinal estabelece que a confiança nas instituições de saúde é o principal preditor da adesão vacinal (Mesch e Schwirian, 2015; Goldenberg, 2021). Tarrow (2011) e Diani e Bison (2010) demonstram que essa confiança é um fenômeno estruturalmente condicionado pelo contexto político, formando-se e corroendo-se a partir das oportunidades que o ambiente político oferece aos atores coletivos. Bilewicz e Soral (2022) aprofundam essa perspectiva ao mostrar que a recusa à vacina é um ato performático de deslealdade a um establishment percebido como adversário, deslocando o problema do plano individual para o político e tornando a hesitação vacinal um objeto legítimo não apenas da saúde pública, mas da ciência política.

A síntese dessas três literaturas, movimentos sociais, desordem informacional e estudos sobre hesitação vacinal e confiança institucional, permite formular o argumento central do artigo: a hesitação vacinal contra o HPV no Facebook brasileiro entre 2014 e 2022 não é um fenômeno de ignorância ou falha de comunicação científica, mas uma forma de mobilização informal mediada por plataformas digitais, cuja lógica é a da ação conectiva (Bennett e Segerberg, 2012), sem organização central nem liderança identificável, mas com identidade coletiva difusa, enquadramento emocional poderoso e rastros duradouros sobre a cobertura vacinal e

a confiança nas instituições democráticas que persistem mesmo após a aparente dissolução da mobilização nas plataformas onde emergiu.

Análise

2014: O pânico fundador e a estrutura bipolar do debate

O corpus de 2014 é pequeno em volume, 80 publicações ao longo de doze meses, mas analiticamente denso. A distribuição temporal já conta parte da história: 41 dos 80 posts se concentram em março, mês de lançamento oficial da campanha nacional de vacinação, e outros 12 aparecem em setembro, quando os primeiros casos de supostos efeitos adversos graves ganharam cobertura midiática expressiva. O debate sobre a vacina HPV no Facebook brasileiro em 2014 não é contínuo, ele pulsa em torno de dois eventos políticos distintos, e essa pulsação já sugere que a hesitação não emerge de forma espontânea, mas em resposta direta à mobilização institucional do Estado.

A estrutura de atores revela uma configuração bipolar. De um lado, o polo institucional-político: Dilma Rousseff, Ministério da Saúde e governadores, como Geraldo Alckmin. De outro, o polo midiático: Portal R7, Folha de S. Paulo, O Globo, Estadão. Não há, em 2014, atores alternativos com presença estrutural relevante, o Pragmatismo Político é o único perfil de posição crítica com mais de uma publicação, e sua dimensão é consideravelmente menor que a dos polos dominantes. Isso significa que o debate sobre a vacina HPV nesse momento ainda é travado inteiramente dentro do espaço informacional da mídia e do Estado, sem que redes de hesitação organizada tenham conquistado posição comparável.

O que torna esse dado analiticamente relevante é o contraste com o conteúdo que a imprensa mainstream efetivamente circulou. O Portal R7, maior ator do corpus em número de publicações, é também o responsável pelas publicações de maior engajamento, e seu conteúdo dominante não é a promoção da campanha, mas a cobertura de casos individuais de supostos efeitos adversos graves. A média de curtidas do corpus inteiro é de 2.458, mas os posts de pânico corporal alcançam valores dez a quinze vezes superiores à média. Nenhum post institucional chega perto desses números em curtidas, embora o anúncio de Dilma Rousseff sobre a vacinação gratuita lidere em compartilhamentos, com 27.177, impulsionado pela infraestrutura da Presidência da República. A Tabela 2 reúne as publicações de maior engajamento em cada um dos três períodos analisados, permitindo visualizar quais atores e narrativas concentraram maior atenção pública e como esse padrão se desloca de 2014 a 2022. Nesta seção, interessa a leitura da coluna de 2014; os períodos seguintes são retomados adiante.

TABELA 2. Publicações de maior engajamento nos três períodos

Período	Ator	Curtidas	Compartilha-mentos	Enquadramento / Conteúdo resumido
2014	Portal R7	35.057	16.661	Risco corporal: meninas com pernas paralisadas após vacina no litoral de SP
	Portal R7	19.023	4.644	Risco corporal: mãe relata paralisia da filha após vacinação
	Portal R7	9.423	473	Risco corporal: menina relata medo de perder as pernas
	Portal R7	9.102	8.608	Institucional: anúncio do início da campanha de vacinação em março
	Dilma Rousseff	7.254	27.177	Institucional: anúncio da vacinação gratuita pelo SUS
2017	Ministério da Saúde — Vacinação	48.281	20.007	Institucional: 2ª dose disponível para meninos e meninas
	Ministério da Saúde — Vacinação	35.620	17.138	Institucional: vacina disponível para meninos de 11 a 14 anos
	Márcio Nakashima Oficial	1.583	27.629	Complô institucional: alegação falsa de que o MPF proibiu a vacina por conter metais pesados e vírus trans-gênicos
	Ministério da Saúde — Vacinação	12.622	361	Institucional: 1ª dose disponível para meninas de 9 a 14 anos
	g1	17.800	4.236	Risco corporal: bebê recebe vacina errada em posto de saúde
Set-Out 2022	Ministério da Saúde	721	322	Institucional-logístico: ampliação da faixa etária da vacina meningocócica
	CONACS	475	55	Institucional: live sobre prevenção do câncer ginecológico
	Clínica Salute	406	22	Informativo-privado: dados epidemiológicos sobre o HPV
	Jornal de Valinhos	254	7	Institucional-local: Outubro Rosa e prevenção do câncer de colo do útero
	Cidade de São Paulo	220	81	Institucional-logístico: ampliação da faixa etária da vacina para meninos

Nota. Elaboração a partir de dados da Meta Content Library API.

A leitura da tabela é imediata: quatro dos cinco posts de maior engajamento são do Portal R7, e três deles narram casos individuais de efeitos

adversos graves. Esse padrão não é acidental. Ele revela o mecanismo que Wardle e Derakhshan (2017) identificam como amplificação não intencional: atores com alta credibilidade institucional tornam-se vetores de narrativas de risco sem intenção declarada de dano. A busca por engajamento e pelo relato humano dramaticamente eficaz produz, como efeito colateral, a sedimentação do pânico. O Portal R7 não estava fazendo campanha antivacina, estava fazendo jornalismo de impacto emocional, — mas o efeito sobre o ecossistema informacional é indistinguível: a narrativa de risco corporal individual circulou com muito mais força do que qualquer informação sobre eficácia ou segurança da vacina.

É importante notar que 2014 não registra apenas o enquadramento do risco corporal. Um segundo enquadramento, menos volumoso, mas analiticamente significativo, já está presente no corpus: a resistência de base moral-religiosa. Duas publicações documentam o boicote de famílias evangélicas à campanha, com argumentos que combinam preocupações sobre efeitos colaterais com o temor de que a vacina incentive comportamentos sexuais «prematureos» entre adolescentes. O argumento sintetizado por uma das mães citadas é revelador: a «melhor forma de prevenir DSTs é a fidelidade no casamento».

Esse enquadramento não opera pela lógica do risco corporal, opera pela lógica da moralidade sexual. Como apontam Balieiro (2018) e César e Duarte (2017), ele posiciona a vacina como uma ameaça não à saúde da menina, mas à gramática moral que faz da abstinência o único horizonte legítimo para a sexualidade adolescente feminina. Em 2014, esse enquadramento ainda é minoritário e localizado em publicações de baixo engajamento. Mas ele já contém, em forma embrionária, o repertório que será amplificado e radicalizado nos anos seguintes.

O corpus de 2014 é predominantemente composto por fotos, 72 das 80 publicações, 90% do total. Registre-se que a análise de conteúdo aqui empreendida incide sobre o texto das publicações e os enquadramentos narrativos que mobilizam, não sobre uma codificação sistemática do componente imagético. Ainda assim, a predominância do formato fotográfico é um dado relevante: sugere que a circulação de imagens de meninas internadas e de mães assustadas acompanha e reforça as narrativas de risco, funcionando como possível vetor de personalização do medo num contexto em que a evidência científica é abstrata e estatística. Uma análise dedicada à dimensão visual dessas publicações, capaz de testar essa hipótese de forma sistemática, permanece como agenda para pesquisas futuras.

O corpus de 2014 documenta, portanto, a constituição de um campo de hesitação ainda embrionário, mas já estruturado em torno de dois enquadramentos distintos que operam por lógicas diferentes e mobilizam públicos parcialmente diferentes. O enquadramento do risco corporal individual, liderado pela imprensa mainstream, de alto alcance e viralização passiva, produz medo difuso e imediato. O enquadramento moral-religioso, protagonizado por famílias evangélicas, de alcance mais restrito, mas alta coesão identitária, produz pertencimento e resistência organizada. Seguindo a tipologia de Diani e Bison (2010), o que se observa em 2014 é ainda uma coalizão conflituosa: redes densas, conflito identificado, mas identidade coletiva em formação. Os dois enquadramentos coexistem sem se fundir completamente, essa fusão, como o corpus de 2017 mostrará, virá depois.

2017: Fragmentação da rede, sofisticação das narrativas e a fusão entre hesitação e política

Se 2014 é o momento de constituição de um campo de hesitação ainda embrionário, 2017 é o momento em que esse campo se estrutura politicamente. O corpus desse ano é maior, com 109 publicações, e revela uma reconfiguração significativa em todos os eixos de análise: nos atores, nas narrativas e nos padrões de engajamento.

O pico de agosto, com 40 dos 109 posts, coincide com a extensão da campanha de vacinação para meninos entre 11 e 14 anos, tornando o Brasil o primeiro país da América do Sul a oferecer o imunizante para o público masculino no programa nacional. Esse dado é analiticamente relevante porque mostra que, assim como em 2014, o debate se intensifica em resposta a uma ação institucional do Estado, não de forma espontânea. A hesitação não antecede a campanha: ela reage a ela.

A estrutura de atores é radicalmente distinta da de 2014. O ator dominante em número de publicações é agora o VacinacaoMS, o perfil oficial do Ministério da Saúde dedicado à vacinação, seguido de perto pela Ginecologista Sincera. Essa segunda posição é analiticamente central: um perfil de ginecologista, sem vínculo institucional formal com o Estado ou com a grande imprensa, conquista presença comparável à do ministério. Ao mesmo tempo, «Transição Planetária — As Verdades Escondidas» aparece como terceiro ator com mais publicações, um perfil abertamente conspiracionista, com linguagem esotérica e político-radical. O que o corpus de 2017 documenta, portanto, é a emergência de um polo alternativo de atores que não existia em 2014, composto por perfis que operam em registros distintos, mas convergem no mesmo efeito: a erosão da confiança nas recomendações institucionais.

Os padrões de engajamento também se transformam. A média de curtidas cai de 2.458 em 2014 para 1.995 em 2017, mas os compartilhamentos recuam de forma mais acentuada, de 2.313 para 1.084. Os comentários, por sua vez, crescem de 248 para 312. Esse padrão sugere uma transição de formas de circulação passiva, o compartilhamento como amplificação automática, para formas mais disputadas de engajamento, em que as publicações geram debate, contestação e disputa de sentidos nos fios de resposta. O debate sobre a vacina HPV em 2017 é mais polarizado, menos consensual e mais discursivamente complexo do que em 2014. A Tabela 3 apresenta a distribuição dos enquadramentos narrativos nos três períodos, permitindo visualizar como o peso relativo de cada enquadramento se transforma ao longo do tempo, em particular, a consolidação, em 2017, dos registros que em 2014 eram marginais.

TABELA 3. Distribuição das publicações por enquadramento narrativo (2014, 2017 e 2022)

Enquadramento	Descrição	2014	2017	Set-Out 2022
Risco corporal individual	Narrativa de efeitos adversos graves em indivíduos específicos, com nome, rosto e testemunho	Dominante	Residual	Ausente
Resistência moral-religiosa	Recusa baseada em valores morais sobre sexualidade e família; vacina vista como incentivo ao comportamento sexual precoce	Presente	Presente	Ausente
Complô institucional	Narrativa de poder oculto envolvendo Estado, indústria farmacêutica e organismos internacionais; vacina como instrumento de controle populacional	Ausente	Dominante	Ausente
Expertise dissidente	Questionamento técnico-científico interno à medicina; dúvidas sobre custo-efetividade, efeitos colaterais raros e limites da proteção conferida	Ausente	Emergente	Residual
Mobilização institucional pró-vacina	Campanhas do Estado, comunicação sobre eficácia, segurança e metas de cobertura vacinal	Presente	Dominante	Dominante
Comunicação logístico-institucional	Informações sobre locais, horários, faixas etárias e prazos de vacinação, produzidas por prefeituras e secretarias municipais	Ausente	Residual	Dominante

Nota. Elaboração a partir de dados da Meta Content Library API.

A leitura da tabela revela uma tensão estrutural que não existia em 2014: o post de maior compartilhamento do corpus não é do Ministério da Saúde, é de um perfil individual sem credencial jornalística ou institucional, com 27.629 compartilhamentos. Seu conteúdo é a alegação falsa de que o Ministério Público Federal proibiu a vacina HPV por conter «metais pesados, vírus transgênicos e conservantes». A afirmação é factualmente falsa, mas sua forma é analiticamente sofisticada: ela mobiliza simultaneamente o medo sanitário e uma autoridade institucional fraudulenta, com o MPF como fiador da proibição. Esse enquadramento representa uma ruptura qualitativa em relação ao pânico corporal de 2014: em vez de narrar casos individuais de efeitos adversos, ele afirma a existência de um complô institucional. A recusa vacinal deixa de ser uma reação ao risco e passa a ser um ato de resistência a um poder oculto.

Esse deslocamento narrativo, do risco corporal para o complô institucional, é documentado também pelo segundo polo do corpus conspiracionista. «Transição Planetária — As Verdades Escondidas» publica três posts com linguagem que conecta a vacina HPV a narrativas sobre controle populacional, interesses ocultos de laboratórios farmacêuticos e famílias como os Rothschild e Rockefeller. Esse repertório não tem nada de específico ao HPV: ele importa para o debate vacinal um imaginário conspiracionista globalizado que circulava simultaneamente em outros contextos políticos. É a fusão que Wodak (2015) descreve como característica da direita radical contemporânea: a instrumentalização de um tema concreto como porta de entrada para uma visão de mundo maniqueísta mais ampla, na qual qualquer recomendação do Estado é suspeita por definição.

A novidade mais analiticamente significativa de 2017, contudo, não é o conspiracionismo aberto, é a emergência da expertise dissidente. A Ginecologista Sincera ocupa no corpus uma posição estrutural inédita: situada entre o polo institucional e o polo conspiracionista, ela não nega a vacina abertamente, mas semeia dúvida a partir de dentro do vocabulário médico. Num dos posts de maior engajamento do perfil, afirma que, entre os efeitos colaterais, «o mais grave, apesar de provavelmente raro, é a falência ovariana, o que significa que uma menina de 12 anos entraria irreversivelmente em menopausa precoce», uma associação sem sustentação na literatura científica, que os órgãos de farmacovigilância não reconhecem como efeito da vacina. Em outro, desloca a dúvida do risco para o benefício, sustentando que a vacina «se provou capaz de prevenir lesões precursoras, mas os desfechos de câncer e redução da mortalidade ainda não foram comprovados». Trata-se do que Goldenberg (2021) identifica como o discurso da expertise dissidente: uma forma de hesitação que se

ancora na linguagem e na autoridade da própria ciência para corroer a confiança nas recomendações institucionais. Essa posição é muito mais difícil de contrariar do que a desinformação aberta, precisamente porque opera dentro do mesmo registro epistêmico da medicina.

O corpus de 2017 é mais diversificado que o de 2014 em termos de formato: além das fotos, que continuam predominando com 41%, surgem links com 34% e vídeos com 16%. Essa diversificação indica maturação das práticas comunicacionais dos atores. Os links apontam para artigos e reportagens que são ressignificados no contexto da hesitação; os vídeos permitem um registro mais pessoal, testemunhal e emocional, que se presta melhor à construção de narrativas de identidade coletiva do que o texto estático.

Lido em conjunto, o corpus de 2017 documenta uma transformação que vai além da simples intensificação da hesitação. O que muda não é só o volume ou o engajamento, muda a morfologia da mobilização. Em 2014, a hesitação era um subproduto da cobertura jornalística mainstream, sem atores alternativos com peso estrutural. Em 2017, há atores alternativos com dimensão comparável à da grande imprensa, operando em registros distintos — o conspiracionista aberto, a expertise dissidente, o esoterismo político —, mas convergindo no mesmo efeito: a erosão da confiança nas recomendações institucionais.

Seguindo a tipologia de Diani e Bison (2010), o que se observa é uma transição de coalizão conflituosa para algo mais próximo de um processo de movimento: identidade coletiva em consolidação, campo de conflito compartilhado, atores que se reconhecem mutuamente como parte de uma mesma resistência, mesmo sem coordenação explícita. É a lógica da ação conectiva (Bennett e Segerberg, 2012) em operação: sem organização central, sem liderança identificável, mas com enquadramento emocional poderoso e consequências políticas reais sobre a cobertura vacinal.

2022: Desmobilização no Facebook e o rastro da mobilização informal

O corpus de setembro e outubro de 2022 é o maior dos três períodos analisados, com 875 publicações em apenas dois meses. Esse volume, contudo, não indica intensificação do debate, indica sua transformação estrutural. O pico de setembro, com 474 posts, coincide com a campanha de multivacinação do governo de transição e com a ampliação da faixa etária para a vacina HPV para meninos e meninas de 9 a 14 anos. O debate volta a pulsar em resposta a uma ação institucional do Estado, como em 2014 e 2017, mas o ecossistema no qual essa pulsação acontece é radicalmente diferente.

A transformação mais imediata está nos números de engajamento. A média de curtidas por publicação cai de 1.995 em 2017 para 15 em 2022; os compartilhamentos recuam de 1.084 para 4, e os comentários de 312 para 2. Esses números devem ser lidos com cautela, pois refletem simultaneamente três processos difíceis de isolar: a diferença de amostragem entre os corpora, já que os de 2014 e 2017 reúnem apenas publicações de alto engajamento, enquanto o de 2022 é integral; a saída dos atores de hesitação organizada da plataforma; e o declínio geral do alcance do próprio Facebook no período. Não se trata, portanto, de afirmar que o debate sobre a vacina HPV desapareceu, mas que o Facebook deixou de ser a arena central desse debate. Em 2022, o Instagram havia superado o Facebook em número de usuários no Brasil pela primeira vez, com 119,5 milhões de usuários contra 116 milhões, enquanto o TikTok alcançava 74 milhões de usuários adultos no país (Kemp, 2022). O debate público em saúde, que em 2014 e 2017 se concentrava no Facebook, fragmentava-se em 2022 por múltiplas plataformas com lógicas algorítmicas e públicos distintos, e a plataforma que funcionava como infraestrutura de ação conectiva para a hesitação vacinal passou a operar como canal de comunicação logística e institucional descentralizada. Esse deslocamento é, em si, um dado analítico fundamental sobre a trajetória da mobilização informal que este artigo investiga.

A estrutura de atores confirma e aprofunda esse diagnóstico. Os cinco atores com maior número de publicações em setembro e outubro de 2022 são todos das prefeituras municipais: Betim, Barretos, Cerquillo, São Tomé das Letras, Cruz Alta. Nenhum ator de hesitação organizada aparece entre os mais ativos. «Transição Planetária — As Verdades Escondidas», «Marisa Lobo» e «Márcio Nakashima», os atores conspiracionistas que em 2017 conquistaram peso estrutural comparável ao da grande imprensa, simplesmente desapareceram do corpus. O polo de hesitação organizado não é derrotado argumentativamente nem silenciado por moderação de conteúdo: ele desaparece do Facebook. Os dados aqui analisados não permitem rastrear diretamente para onde esses atores se deslocaram; a migração para plataformas como Instagram e TikTok, então em ascensão no Brasil (Kemp, 2022), é a hipótese mais plausível, mas sua confirmação exigiria um corpus multiplataforma. O que os dados sustentam é que a arena mudou. Esse desaparecimento é coerente com o que Melucci (1996) descreve como fase de latência: a mobilização não se dissolve, ela se retrai para redes menos visíveis, reelabora suas referências identitárias e se prepara para reemergir em outros espaços e formatos.

A composição dos atores em 2022 é reveladora pela sua diferença em relação aos períodos anteriores. A Tabela 4 apresenta a classificação dos

principais atores por categoria ao longo dos três períodos, permitindo visualizar o desaparecimento dos atores de hesitação organizada e a ocupação do espaço por atores institucionais em 2022.

TABELA 4. Classificação dos principais atores por categoria

Categoria de ator	2014	2017	Set-Out 2022
Imprensa mainstream	Portal R7, Folha de S.Paulo, O Globo, Estadão	g1, Portal R7, Época, Folha de S.Paulo	Bem Estar, Olhar Digital, Jornal de Valinhos
Institucional-estatal (nacional)	Dilma Rousseff, Ministério da Saúde, Geraldo Alckmin	Ministério da Saúde — Vacinação, Presidência da República	Ministério da Saúde
Institucional-estatal (municipal)	Ausente	Prefeituras de Macaé, São João de Meriti	Prefeituras de Betim, Barretos, Cerquilho, Cruz Alta e dezenas de outros municípios
Alternativo-conspiracionista	Marx da Depressão (residual)	Transição Planetária, Márcio Nakashima Oficial, Marisa Lobo	Ausente
Expertise dissidente	Ausente	Ginecologista Sincera, Dr. Rondó, Júlia Rocha	Dra. Ana Escobar (residual)
Saúde privada e clínicas	Ausente	Ginecologia Natural, Dr. Jorge Manaia	Clínica Salute, Vivacin Clínicas de Vacinas, Unimed Londrina
Sociedade civil e organizações	Catraca Livre, NE10, Viva+	CONACS, SBIm, Dra. Denise de Carvalho	CONACS, Instituto Lado a Lado pela Vida

Nota. Elaboração a partir de dados da Meta Content Library API.

A leitura da tabela evidencia o contraste: o post mais curtido do corpus é do Ministério da Saúde, com 721 curtidas, anunciando a ampliação da faixa etária da vacina. O segundo é da CONACS, sobre uma live de prevenção do câncer ginecológico. O terceiro é de uma clínica privada informando sobre o HPV. Não há nenhum post de pânico corporal, nenhuma narrativa de paralisia ou convulsão, nenhuma alegação de complô farmacêutico. O debate que em 2014 era estruturado pela tensão entre campanha institucional e narrativa de risco, e que em 2017 era marcado pela disputa entre Estado e atores conspiracionistas, em 2022 é quase inteiramente ocupado por informação logística: onde vacinar, qual faixa etária, quantas doses.

Esse esvaziamento do debate público no Facebook coexiste, paradoxalmente, com a persistência da baixa cobertura vacinal. Como documentam Moura *et al.* (2021), as coberturas da vacina HPV permaneceram

consistentemente abaixo da meta de 80% desde o início da campanha, com forte heterogeneidade territorial e queda expressiva na adesão à segunda dose. O Facebook de 2022 não registra a mobilização que explica essa persistência, mas isso não significa que ela não existe, significa que ela acontece em outro lugar.

A ausência dos atores de hesitação no corpus de 2022 é, portanto, um dado sobre a plataforma, não necessariamente sobre o fenômeno. As identidades coletivas construídas entre 2014 e 2017, o pai protetor, o cidadão que acessa verdades escondidas, a mãe que desconfia do Estado sanitário, não desaparecem com a migração dos atores para outras plataformas. Elas se sedimentam como disposições, como desconfiâncias incorporadas, como repertórios de recusa que persistem mesmo na ausência de mobilização ativa.

O corpus de 2022 é o mais homogêneo dos três em termos de tipo de conteúdo, com fotos representando 66% das publicações, seguidas de álbuns com 40% e links com 13%. A diversificação de formatos que caracterizava 2017, com vídeos pessoais e links para artigos ressignificados, desaparece. O que predomina em 2022 são artes gráficas institucionais produzidas por prefeituras e secretarias de saúde, com informações logísticas sobre locais e horários de vacinação. Esse formato é o oposto do que sustentava a mobilização informal em 2017: em vez de narrativas pessoais e emocionalmente carregadas, comunicação burocrática e impessoal.

Lido em conjunto com os corpus anteriores, o de 2022 completa um arco narrativo que tem implicações diretas para o debate sobre mobilizações informais e democracia. Em 2014, a hesitação emergia como subproduto da cobertura jornalística mainstream, amplificada por um ecossistema informacional centralizado. Em 2017, ela se sofisticava politicamente, fundindo-se ao ecossistema bolsonarista em formação e conquistando atores com peso estrutural comparável ao da grande imprensa. Em 2022, ela desaparece do Facebook, mas a cobertura vacinal permanece abaixo da meta, e o Estado precisa de dezenas de prefeituras para tentar recuperar um consenso cuja erosão, ao longo de quase uma década, é consistente com a atuação de um ecossistema de desinformação politicamente motivado, ainda que a demonstração direta desse nexo causal ultrapasse os limites deste desenho de pesquisa. Esse é o rastro da mobilização informal que este artigo se propôs a rastrear: não uma organização, não um movimento com nome, não um manifesto, mas uma transformação duradoura na relação entre uma parcela da população brasileira e as instituições de saúde pública, com consequências concretas e mensuráveis para a democracia sanitária.

Conclusões Finais

A análise diacrônica dos três corpus permite afirmar, com base empírica, que a hesitação vacinal contra o HPV no Facebook brasileiro não seguiu uma trajetória linear de desinformação crescente, mas uma trajetória de sofisticação política. Em 2014, o debate era estruturado por um ecossistema bipolar no qual o Estado e a imprensa mainstream dividiam o protagonismo, e a hesitação emergia como subproduto da cobertura jornalística de casos individuais de supostos efeitos adversos, amplificada por um segundo enquadramento moral-religioso de alcance mais restrito.

Já em 2017, essa configuração havia se transformado: atores alternativos conquistaram peso estrutural na rede, o vocabulário da hesitação aprendeu a operar nos termos da própria ciência médica e a narrativa conspiracionista globalizou o conflito, deslocando-o do corpo individual para um imaginário de poder oculto que transcende qualquer debate sanitário específico. Em 2022, por sua vez, os atores de hesitação organizada desaparecem do Facebook, mas a cobertura vacinal permanece abaixo da meta, e o Estado precisa mobilizar dezenas de prefeituras para tentar recuperar um consenso que uma mobilização informal politicamente motivada ajudou a corroer ao longo de quase uma década, num processo cuja mensuração causal direta escapa aos limites deste estudo.

Esse arco em três fases não pode ser adequadamente descrito pela literatura do déficit informacional, a ideia de que hesitação vacinal resulta de ignorância ou de exposição insuficiente a fatos científicos. O que os dados mostram é o oposto: a hesitação se aprofundou precisamente no período em que mais informação científica de qualidade circulava sobre a vacina, e seus atores mais eficazes em 2017 eram aqueles que dominavam o vocabulário médico o suficiente para questioná-lo por dentro.

O que explica a trajetória observada é a erosão da confiança institucional num contexto de crise política aguda, o impeachment, a polarização, o colapso de legitimidade das instituições, que forneceu o substrato afetivo sobre o qual narrativas de desconfiança em relação ao Estado sanitário puderam prosperar. A hesitação vacinal, nesse sentido, é menos um problema de comunicação científica do que um sintoma de ruptura do pacto democrático que sustenta a autoridade das instituições de saúde pública.

A contribuição específica da ciência política a esse diagnóstico está na identificação da morfologia de mobilização que o corpus evidencia. Não se trata de um movimento social no sentido clássico, pois não há liderança unificada, pauta explícita nem estrutura organizacional reconhecível. Trata-se, antes, de uma forma de ação conectiva no sentido de Bennett e Segerberg (2012): redes informais sustentadas por identidades

coletivas difusas, o pai protetor, o cidadão que acessa verdades escondidas, a mãe que desconfia do Estado, cujos compartilhamentos individuais produzem, em agregado, efeitos coletivos mensuráveis sobre a cobertura vacinal e sobre a confiança nas instituições de saúde.

Essa morfologia é politicamente consequente precisamente porque é invisível para os instrumentos tradicionais de monitoramento de movimentos sociais: não tem endereço, não tem porta-voz, não tem momento de fundação. Ela se reproduz na infraestrutura cotidiana das plataformas digitais, alimentada pelos mesmos mecanismos de engajamento emocional que estruturam qualquer outro debate nesse ambiente.

O conceito de fase de latência de Melucci (1996) é indispensável para compreender o que acontece em 2022. A ausência dos atores de hesitação organizada no Facebook não é o fim da mobilização, é sua reconfiguração. As identidades coletivas construídas entre 2014 e 2017 não desaparecem com a migração dos atores para outras plataformas: elas se sedimentam como disposições, como desconfianças incorporadas, como repertórios de recusa que persistem mesmo na ausência de mobilização ativa. O rastro dessa mobilização informal é visível precisamente onde ela não aparece mais, na persistência da baixa cobertura vacinal muito depois de os atores conspiracionistas terem deixado de dominar o debate público no Facebook.

As implicações para a democracia, tema central do dossiê ao qual este artigo responde, são diretas. Mobilizações informais de hesitação vacinal não atacam apenas a cobertura imunológica de uma população: atacam a própria ideia de solidariedade sanitária como valor cívico compartilhado. Ao converter a recusa vacinal em ato de resistência identitária contra um establishment percebido como adversário, essas redes dissolvem o consenso que tornou possível décadas de altas coberturas vacinais no Brasil, o consenso que o Programa Nacional de Imunizações construiu pacientemente desde 1973, substituindo a lógica da coerção pela lógica do cuidado. O que os dados de 2014, 2017 e 2022 permitem reconstituir é a trajetória discursiva desse processo, o início, a sofisticação e o rastro duradouro de uma mobilização informal cujo desfecho na cobertura vacinal, embora fortemente sugerido pela literatura, não é diretamente mensurado por este estudo, antes que ele se tornasse visível nas estatísticas de cobertura vacinal e antes que o debate público o reconhecesse como crise política e não apenas sanitária.

Este artigo tem limitações que devem ser reconhecidas. O corpus analisado é composto exclusivamente por publicações de páginas públicas, excluindo grupos fechados e perfis privados, espaços onde parte significativa da mobilização de hesitação provavelmente ocorreu e continua

ocorrendo. O recorte de 2022 se limita a dois meses, o que impede afirmações mais abrangentes sobre o ano inteiro. A ausência de dados de comentários limita a análise da recepção e das disputas discursivas que as publicações geraram. E a própria escolha do Facebook como plataforma, embora metodologicamente justificada para o período estudado, deixa de fora dinâmicas que se desenvolveram simultaneamente no WhatsApp, no Telegram e, mais recentemente, no TikTok e no Instagram. Por fim, a codificação do corpus foi realizada por uma única pesquisadora; embora as categorias tenham sido submetidas a rodadas sucessivas de releitura até a estabilização, a ausência de dupla codificação independente e de uma medida formal de concordância é uma limitação que estudos futuros poderão superar.

Pesquisas futuras poderão endereçar essas lacunas, caso permitam maior extensão, incorporando dados de múltiplas plataformas, séries temporais contínuas e análise de comentários, dimensões que permitiriam mapear com maior precisão os mecanismos de formação, consolidação e migração das identidades coletivas que sustentam a hesitação vacinal como forma de mobilização informal. O que este artigo oferece é um ponto de partida empírico para essa agenda: a demonstração de que o fenômeno tem estrutura, tem trajetória e tem consequências políticas que a saúde pública sozinha não tem condições de enfrentar.

Contribución de autoría

Anna Teixeira participou en las fases de curación de datos, análisis de datos, investigación y redacción del borrador original.

Lucas Bragança participou en las fases de conceptualización y análisis de datos.

Carolinny Scardua participou en las fases de investigación.

Francis Sodré participou en las fases de supervisión, metodología, validación, redacción, revisión y edición del texto final.

Rosane Zanotti participou en las fases de supervisión, validación y redacción, revisión y edición del texto final.

Fuente de financiamiento

El estudio contó con apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamiento 001, del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (Ibict) y de la Fundación de Amparo a la Investigación e Innovación de Espírito Santo (FAPES), en el marco del proyecto DNA (SVSA/Ministerio de Salud de Brasil).

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

Declaración de uso de IA

Los autores declaran no haber usado ningún tipo de IA generativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balieiro, F. F. (2018). «Não se meta com meus filhos»: A construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53), e185306. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KtppD5GkPYPjH69DZxw6VcL/abstract/?lang=pt>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bennett, W. L. e Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739-768. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118x.2012.670661>
- Bilewicz, M. e Soral, W. (2022). The politics of vaccine hesitancy: An ideological dual-process approach. *Social Psychological and Personality Science*, 13(6), 1080-1089. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/19485506211055295>
- Brasil. (2015). *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
- Carlos, E. (2011). Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), 153-166. <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HPcYGVswbvdFjJGGpLnk6Zd/?lang=pt>
- César, M. R. A. e Duarte, A. M. (2017). Governo e pânico moral: Corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, (66), 141-155. <https://www.scielo.br/j/er/a/KfwSdvDGNG4q7DQvmg4N9pG/?format=pdf&lang=pt>
- Cohen, S. (1972). *Folk devils & moral panics. The creation of the mods and rockers*. MacGibbon and Kee.
- Corrêa, E. C. D. e Garcês da Silva, F. C. (2017). Presença digital dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia do Brasil no Facebook. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22, 16-32.
- Diani, M. (1992). The concept of social movement. *Sociological Review*, 40(1), 1-25. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>
- Diani, M. e Bison, I. (2010). Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (3), 219-250. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681>
- Goldenberg, M. J. (2021). *Vaccine hesitancy. Public trust, expertise, and the war on science*. University of Pittsburgh Press.
- Kemp, S. (2022). *Digital 2022: Brazil*. DataReportal. <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>

McAdam, D., Tarrow, S. e Tilly, C. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge University Press.

Melucci, A. (1989). *Nomads of the present. Social movements and individual needs in contemporary society*. Hutchinson Radius.

Melucci, A. (1996). *Challenging codes. Collective action in the information age*. Cambridge University Press.

Mesch, G. S. e Schwirian, K. P. (2015). Social and political determinants of vaccine hesitancy: Lessons learned from the H1N1 pandemic of 2009-2010. *American Journal of Infection Control*, 43(11), 1161-1165. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7132648/>

Moura, L. L., Codeço, C. T. e Luz, P. M. (2021). Cobertura da vacina papilomavírus humano (HPV) no Brasil: Heterogeneidade espacial e entre coortes etárias. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 24, e210001. <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/TStbZmwdZTG3rmZZFsqvNFx/?lang=pt>

Tarrow, S. (2011). *Power in movement. Social movements and contentious politics*. (3ª ed.). Cambridge University Press.

Van Dijk, T. A. (2024). *Discourse and ideologies of the radical right*. Cambridge University Press.

Wardle, C. e Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe.

Wardle, C. e Derakhshan, H. (2023). *Desordem informacional: Um guia para as respostas mais urgentes*. UNESCO.

Wodak, R. (2015). *The politics of fear. What right-wing populist discourses mean*. Sage Publications.

Anna Teixeira es maestranda en Salud Colectiva, con énfasis en Políticas, Planificación y Gestión en Salud (UFES). Licenciada en Ciencias Sociales (UFES). Becaria de CAPES y del Ibict, actuando en el proyecto DNA (SVSA/Ministerio de Salud de Brasil). Sus intereses de investigación incluyen salud pública, plataformas digitales, desinformación y hesitación vacunal.

Lucas Bragança es investigador posdoctoral en el Laboratorio de Estudios sobre Imagen y Cibercultura (Labic/UFES). Doctor en Comunicación (UFF) y magister en Comunicación y Territorialidades (UFES). Becario del Ibict, actuando en el proyecto DNA (SVSA/Ministerio de Salud de Brasil). Investiga cibercultura, redes digitales y la circulación de discursos en plataformas.

Carolinnny Scardua es maestranda en Ciencias Sociales (UFES) y licenciada en Ciencias Sociales (UFES). Investigadora del Núcleo de Participación y Democracia (NUPAD) y becaria de la Fundación de Amparo a la Investiga-

ción e Innovación de Espíritu Santo (FAPES). Sus intereses abarcan participación política, democracia y movimientos sociales.

Francis Sodré es profesora doctora en la UFES, actuando en el Programa de Posgrado en Salud Colectiva. Investigadora asociada al Labic. Especialista en políticas sociales, desigualdades y procesos de trabajo en salud.

Rosane Zanotti es profesora doctora en el Departamento de Comunicación Social (UFES). Doctora y magíster en Diseño (PUC-Rio), con estancia doctoral en la Universidad Abierta (Portugal) como becaria CAPES. Especialista en Marketing.

Fabio Malini es profesor doctor en el Departamento de Comunicación Social y en el Poscom (UFES). Coordinador del Laboratorio de Estudios sobre Imagen y Cibercultura (Labic). Especialista en ciencia de datos, redes sociales digitales, visualización de datos y cibercultura.

Fabio Goveia es profesor doctor en el Departamento de Comunicación Social y en el Poscom (UFES). Subcoordinador e investigador del Laboratorio de Estudios sobre Imagen y Cibercultura (Labic). Especialista en métodos digitales, estudios de plataformas, visualización de datos y cultura digital.

*Recepción: 15/4/2026
Aceptación: 13/8/2026*